

### **III SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO - COMPRAS COMPARTILHADAS SUSTENTÁVEIS**

#### **MESTRE DE CERIMÔNIA**

Solicitamos aos presentes a gentileza de ocuparem os seus lugares e manterem os aparelhos celulares no modo silencioso, para que possamos retomar as atividades do III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário.

A primeira palestra desta tarde será proferida pelo Senhor Renato Cader, Gestor Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e tem como tema Compras compartilhadas Sustentáveis.

(Palmas)

#### **O SENHOR RENATO CADER**

*Gestor Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão*

Boa tarde a todas e a todos, quero cumprimentá-los, agradecer a presença de todos e agradecer também o convite do STJ, na figura da Ketlin, muito querida, uma grande guerreira da sustentabilidade, pois ela é aquele tipo de pessoa que fica rápido, porque, quando você tem uma afinidade, não tem como. Quero fazer um agradecimento especial e, ao mesmo tempo, parabenizar o trabalho que ela tem feito. Posso dizer para vocês que estou há quase 15 anos trabalhando nessa área de gestão e sustentabilidade, e foram pouquíssimas vezes que vi pessoas e grupos tão mobilizados como o grupo de vocês. Quero parabenizar à Ketlin, estendendo para todos vocês essa capacidade de mobilização, aliada a uma motivação e a outros fatores: brilho nos olhos, vontade de fazer a diferença. Isso é uma coisa muito rara, e vejo muito isso em vocês. E, a razão pela qual fico muito feliz de estar aqui presente. Quero iniciar a apresentação, fazendo esse pronunciamento.

Vou falar de compras compartilhadas sustentáveis. Coloquei ali um encontro da teoria com a prática, porque sempre trago alguns slides, um pouco teórico-conceituais, e até chatos, por quê? Quando a gente já ouve e já sabe aquele negócio, se torna chato: não, isso aí já sabe; o que ele já está falando já está repetitivo, está um saco!

Então, para evitar que isso aconteça, a parte teórico-conceitual vou passar muito rápido, porque sei que, nesse evento, houve palestrantes brilhantes, que já falaram de muita coisa que eu iria falar numa apresentação normal, regular. E o que vou fazer? Vou orientar e canalizar toda a minha energia para passar para vocês as experiências de ordem mais prática, tipo, o que quero passar de mensagem para vocês é que é possível fazer acontecer.

Então, tudo aquilo que está nas normas, nos normativos, nos nossos planejamentos, PLSs, nos nossos guias de contratação, é possível implementar? É possível sim, mas qual é o grande desafio do momento hoje na Gestão Pública, conjugada com a perspectiva da sustentabilidade? O grande desafio é ter gestores que de fato façam acontecer. E tê-los, não são gestores só no cargo de liderança, não. Isso não funciona, porque ele não faz nada sozinho. É ter gestores que trabalhem junto com a equipe, equipe motivada, capacitada. Então, isso é possível, e vou tentar demonstrar para vocês isso nessa palestra com alguns casos que foram até premiados, por coincidência e, não vai ter pergunta depois? Está bom, desculpa, não tinha esquecido isso. Assim me informaram, mas, enfim, vamos lá. Podemos?

Bem, conceito de desenvolvimento sustentável, não preciso repetir, não é? Podemos ir passando, não é?

Produção e consumo sustentáveis, um conceito do PNUMA, também, que acho que vocês já conhecem, mas, se eu for ressaltar alguma coisa relacionada ao tema produção e consumo sustentável, trata-se de um tema guarda chuva que dentro dele estão os diversos temas que vocês trabalham no dia a dia: compras públicas, gestão de resíduos, uso racional de recursos. Sempre trago os conceitos, mas é só para alertá-los e, sempre é bom lembrar, que produção e consumo são dois lados da mesma moeda. Não adianta a gente ter um mercado com uma matriz produtiva insustentável, que é um pouco do nosso mercado, e a gente também ter uma vontade e capacidade de

consumir produtos sustentáveis de “a” a “z”. Então, isso funciona na prática? São essas questões que vou trazer para vocês. E é fácil? Não é fácil não. Tem licitação que dá (?) tem inter que dá cancelado, sim, mas se a gente não for indutor do mercado, nada vai acontecer; o Brasil não muda. Nós temos esse papel.

Esse é um conceito que criei de contas compartilhadas sustentáveis, peguei aquele conceito de FCPS(?), de compras públicas sustentáveis, e coloquei na perspectiva de compra compartilhada. Costumo dizer que compra compartilhada sustentável é a CPS mais sustentável ainda, por quê? Porque ela tem a grande perspectiva que é a da economia processual, do ganho de escala, que é a dimensão econômica daquele tripé da sustentabilidade, lembram? Todo mundo aqui conhece já o tripé da sustentabilidade, enfim, e podemos passar.

Fiz isso aí: são 10 razões que eu criei para justificar uma compra compartilhada sustentável. Por que fazer uma compra compartilhada sustentável? Posso falar algumas delas, posso falar todas elas, mas vou elencar as mais importantes. Sustentabilidade coloquei ali porque ela é multitransversal, é o pano de fundo para qualquer compra compartilhada. Temos uma série de vantagens. A primeira delas é a padronização, que é um disposto que está na Lei 8.666, vocês concordam? A gente tem que perseguir esse objetivo de padronizar. Padronização e qualidade são duas variáveis que estão muito correlacionadas. Então, você tem que padronizar com qualidade. Se você faz isso sozinho, só a assunção do seu órgão faz. Será que as outras estão fazendo? Se conseguirmos fazer uma especificação de um objeto, um edital muito bem padronizado com critérios de sustentabilidade olhe a economia que você está tendo, e se todos começarem a usar essa iniciativa muito bem consagrada, isso é um ganho da compra compartilhada.

A construção coletiva: isso que vocês fazem no dia a dia, no Whatsapp, tudo isso para mim tem um valor intangível, que não temos como medir.

Essa troca de experiência:

— Ah, me manda o seu TR, me manda isso. Nossa, eu não sabia dessa novidade.

Então, fazer construção coletiva, geralmente, são iniciativas que, quando tem construção coletiva, tendem a ser bem sucedidas. Se você faz sozinho, morre; se você faz com o grupo, ela vai ter perenidade.

Então, a compra compartilhada tem essa vantagem da construção coletiva.

Integração de procedimentos: quando você começa a comprar em conjunto é muito interessante. Tem muita coisa que vou falar aqui, também, gente, que vou lembrando, que, aí vai tendo o outro slide, digo, já falei. Aí a gente vai passando.

Então, por exemplo, integração de procedimentos. Muita gente pergunta:

— Olha, gente, eu estou aqui num ritmo, eu tenho um fluxo de processos, eu tenho um desenho de processos diferentes da tua unidade, ou eu estou comprando com timing diferenciado. Então, como é que vou fazer compra compartilhada se eu tenho aqui o meu estoque, tenho o meu plano de compras, que não é conciliado com o seu plano de compras.

Esse é um bom ponto de resistência. Adoro desconstruir essas pessoas. Então, quando veem falar de procedimentos, que são diferenciados, porque não criamos um procedimento padrão e único? Por que não podemos fazer com que comecemos a fazer compra compartilhada, e vai chegar num momento que nossos estoques e pedidos vão se alinhar. Mas, o que vou fazer com as minhas atas de registro de preço vigentes, com aqueles preços que fiz uma licitação, tenho que consumir aquilo tudo.

Bem, com relação ao seu estoque, acredito que não seja muito, porque a gente não pode estocar muito, sabemos disso, porque o TCU vai em cima; com relação ao estoque está resolvido. Terminou de consumir, você vai baixar a sua ata. Só que, se você faz uma compra compartilhada e você já tem uma ata, você vai ver o preço da compra compartilhada daquele produto, naquela ata, provavelmente, esse preço vai ser menor. Você não é obrigado a consumir toda aquela ata até o final e você pode partir para a ata nova.

Então, você tem resposta para tudo, ou às vezes para quase tudo. Mas, o que vemos mais nesse universo de compras públicas, compras sustentáveis é resistências. Quem está na área sabe do que está dizendo. E o pior, são as resistências míopes da pessoa que fala e não sabe o que está dizendo. Essas

são as que mais irritam às vezes, na verdade. Poxa, vamos estudar, conhecer, compartilhar, enfim.

Economia de escala: vocês vão ver no decorrer do trabalho que trago números que demonstram que, de fato, a compra compartilhada traz economia de escala. Na experiência do Ministério Público Federal, por exemplo, conseguimos ter economia de milhões, já nas primeiras compras compartilhadas. Vou trazer isso para vocês, também.

A otimização de recursos humanos: é óbvio, gente, para que você vai ficar lá no Pará, o outro lá no Sul, fazendo o mesmo edital para o mesmo bem, para o mesmo serviço. Vocês estão o quê? Na mesma organização.

Costumo dizer: gente é muito mais fácil fazer compra compartilhada numa organização, que tem uma série de unidades no Brasil, do que você fazer compra compartilhada, como a gente fez no Rio de Janeiro, com vários órgãos diferentes, que são vários tomadores de decisões diferentes com modelos mentais diferenciados. Então, se aconteceu isso no Rio de Janeiro, com órgãos federais, aconteceu no MPF, sim. Criamos uma área de compra compartilhada. Por que não podemos fazer no Judiciário?

— Ah, mas como é que vai ser isso? A gente vai conversar um pouco sobre isso mais tarde.

Aproveitamento do conhecimento existente: não vou usar termos estrangeiros, mas do conhecimento acumulado, é daqueles servidores que estão na ponta, na unidade. E, na experiência do MPF, fizemos muito isso. Vamos fazer uma compra compartilhada, havia sempre uma unidade que tinha muito conhecimento naquele objeto. Então, opa, se você tem esse conhecimento acumulado, essa experiência, e experiências bem sucedidas, vamos acumular essa experiência aqui e vamos fazer isso para todos. Vamos centralizar, estabelecer um modelo de governança, que a gente possa acumular esses conhecimentos que estão fragmentados na estrutura. Vamos trazer, que a gente vai estar capitalizando para a gente.

Gestão do conhecimento: capacitação, multiplicadores. Isso é uma coisa que a roda da capacitação não pode parar. E a gestão do conhecimento tem uma coisa interessante: ela não trabalha com a perspectiva do conhecimento como estoque. O conhecimento é um processo contínuo. Existe muita gente que chega e fala: não, tenho doutorado, pós-doutorado, ok. Em 1986, você

acabou o seu doutorado, o mundo é dinâmico e já mudou muita coisa. Não vou pedir para jogar no lixo, porque é feio, mas vamos tentar aprender muita coisa de novo, vamos lá. A gestão de conhecimento tem essa perspectiva de conhecimento, porque ele é um processo contínuo, sempre tem alguma coisa nova. Temos que trabalhar isso na compra compartilhada, também, que é um mercado dinâmico.

Economia processual: gente, vou trazer um slide aí para vocês, vou passar rápido, também. Há um estudo do Instituto de Negócios Públicos, onde fizeram o cálculo de quanto custa uma licitação. Trata-se de um estudo de uns 2 ou 3 anos, já deve ter até mais. Fizeram uma média e chegaram à conclusão de que uma (?) estação, somando recursos humanos, homem-hora, papel, processo, ou não papel, custa em média R\$ 13.000,00 reais (treze mil). Se você tem um tribunal, ou você tem uma organização que tenha, como no Ministério Público Federal, 32 unidades, ok? Se faço uma compra compartilhada no Ministério Público, como aconteceu, as 32 unidades faziam sua compra sozinhas. Então, não estou nem falando de economia de escala, estou falando de economia processual. Vamos utilizar essa variável, que penso estar um pouco subdimensionada, porque o custo é maior, e vamos multiplicar por 32, ver quanto dá. Então, de cara, cada compra compartilhada já sai na largada, economizando uma coisa na ordem de R\$ 400.000,00 reais (quatrocentos mil) numa instituição que tem 32 unidades. Se você fizer com uma constituição que tenha 60 e poucas unidades para aquele mesmo bem, vocês vão economizar o dobro, R\$ 800.000,00 reais (oitocentos mil). E se você faz com outros bens e serviços, aí vai girando, vão multiplicando; a matemática é assim. Economizei milhões, bilhões e mais qualidade no planejamento das estações.

Gente, planejamento é uma coisa fundamental. Acredito que todo gestor tenha que ter o seu plano de compras. Não sei o plano de compras: ele tem que chegar lá para a área de sustentabilidade, para o comitê de sustentabilidade - é uma brincadeira - mas, ele tem que chegar para aqueles profissionais, que conhecem do tema, porque, às vezes, o comprador não sabe nem o que é isso. Então, pessoal, tem que conversar, tem que ter tradutores. Na hora de conversar, tem que chegar e falar:

— Olha só: tenho isso aqui no meu plano de compras. Você pode me ajudar nas especificações desse bem ou desse serviço para facilitar a minha licitação?

O TR é, pois a espinha dorsal de um edital, sabemos disso. E essa pessoa pode te ajudar no TR, é o que eu procurava fazer lá, também, no Ministério Público.

Aí, vai ter gente que vai falar assim:

— Ah, não gente, estou com pressa, vai atrasar mais ainda o processo? Não faz mal.

— Então, vamos fazer o seguinte? Eu não mando, burocraticamente, para a sua área. Você vem para a minha sala, dá uma olhada, eu te mando por e-mail e melhora essa especificação?

Pronto, tudo dá um jeito, gente, tem como colaborar.

Fechei esse slide, demorei um pouco nele, mas falei já muita coisa que eu poderia falar depois.

Vamos lá, aqui são só alguns exemplos de um tripé da sustentabilidade, que coloco como pano de fundo, também, a dimensão político-institucional. Sempre falamos do tripé ambiental, social, econômico, mas esquecemos do político-institucional. O que é o político-institucional pessoal? É você saber mapear os atores que vão fazer parte do processo. Quem são os tomadores de decisão? Quem é que tem a capacidade de tomar a decisão? Quem é que vai patrocinar politicamente o meu projeto? Quem é que vai botar a mão na massa, juntar essa galera toda e fazer acontecer? Então, a dimensão político-institucional está relacionada muita à questão de elementos da instituição mesmo, que vão, desde os servidores aos atores nos diferentes níveis hierárquicos, sejam externos ou internos, também. Enfim, é você compor pessoas para fazer acontecer. O político-institucional está muito relacionado a isso e, também, ao conjunto de normas da instituição.

Ali, são vários exemplos que coloco no ambiental, no econômico, social. Pode passar.

Como é que faço para controlar o meu tempo? Eu posso me perder, gente, é perigosíssimo. Quantos minutos têm? Tenho três minutos? Está ótimo, vamos lá.

Trago alguns elementos que parecem um pouco teóricos, mas são práticos, sim, da dimensão político-institucional, que dificultam a nossa vida. Essa questão da configuração de interesses conflituosos, da incerteza científica, da complexidade técnica daquilo que nós trabalhamos, dos interesses políticos e econômicos que são sempre determinantes numa organização. Então, gente, essa coisa de que o sustentável sempre não acontece, porque o ecochato chega e não pensa no econômico. Agora, estamos sem dinheiro e não podemos nem olhar para a cara dele. Isso acontece, não acontece? Deve estar rolando isso aqui, também, não deve? Em qualquer lugar está acontecendo isso, só que eles não têm a visão de que a sustentabilidade, na verdade, traz ganhos econômicos. No caso da compra compartilhada, já falei para vocês, não tenho dúvidas, mas em diversos projetos, pode trazer vários ganhos econômicos que a gente não está vendo. Quando pensamos em internalizar custos dos processos produtivos insustentáveis, que geram externalidades negativas estamos pensando não só no ambiental, mas também no econômico, estamos pensando na integração dessas variáveis. Então, a dimensão político-institucional é importante como pano de fundo do tripé da sustentabilidade. Transversalidade, interdisciplinaridade, transversalidade, por quê, pessoal? Porque a questão ambiental perpassa por diversos conhecimentos. Às vezes, o comprador; eu conheço de compras, mas não conheço sustentabilidade. Às vezes, a pessoa que está na área de sustentabilidade: está bom, eu conheço sustentabilidade, mas trabalho só com gestão de resíduos. Então, como é que resolvemos esse problema da transversalidade e da conjugação de diversos conhecimentos? É colocando os perfis certos para conversar. Rede, gente, é o que vocês estão fazendo, sabe? Um ajuda o outro, a colaboração é mútua. E aí, vai. Pode passar.

Gente, contexto internacional, não tenho dúvidas de que a Luciana Betiol fez uma brilhante palestra. Não vou ousar aqui ficar falando muito deste assunto. A única coisa que posso falar para vocês, o que tem aí, vocês podem anotar, que depois vai estar disponível, de repente, há alguma coisa que eles não falaram, mas não vou ficar falando aqui, repetindo a conferência de Estocolmo, a Comissão Brundtland, porque vai ser redundante.



Então, como já houve apresentações que já falaram sobre isso, se tiver algo interessante, vocês vão pincelar, depois podem me perguntar. Vocês vão ver na palestra. Enfim, a gente pode ir passando; pode passar. Voltar.

Eu gostaria de falar só dessa questão do Contexto Internacional, porque muita coisa que acontece neste Contexto acaba que o Brasil tardiamente absorve. Gosto de falar sobre essa mudança de paradigma de produção, porque quando falamos de produção e consumo sustentável, principalmente. Bem antigamente, não sei se eles já falaram aqui da questão - que é muito tratado em Ecologia Industrial - de fim de tubo, não? Bem antigamente, como é que o mundo pensava a indústria e o meio ambiente? Pensava naquelas estratégias que a gente chamava de *endopipe*. Fico tentando evitar termo em inglês, mas desculpa fim de tubo, que é o seguinte: vou tratar a questão ambiental na chaminé, vou tratar os efluentes, vou tratar daquilo que já foi resíduo. Então, é uma forma de tratamento que você perde a visão sistêmica do processo produtivo.

Depois, o paradigma foi mudando. Começam a surgir novas metodologias. A UNEP, a ONU - vocês conhecem a UNEP, que é um braço ambiental da ONU - vêm com um programa de Cleaner Production, que é de produção mais limpa. Gente, não é assim que se trata o processo produtivo; ele tem que ser olhado como uma estratégia, ter um olhar estratégico, preventivo, sistêmico em todas as etapas do processo, até o final.

Aí surge o quê, gente? Já ouviram falar, não é? Avaliação de ciclo de vida. E a partir dela, que é a famosa "berço ao túmulo", analisa-se o processo produtivo em toda a cadeia produtiva até a morte daquele resíduo, que pode ser reaproveitado, reciclado, e pode virar rejeito. Aí, tem que ter um tratamento especial, em qual aterro, o que a gente faz. É uma complexidade; é uma outra palestra. Mas, o que é interessante nisso? O que a avaliação do ciclo de vida tem a ver com o nosso universo de compras públicas? Tem tudo a ver. Mas, vou conseguir fazer isso no edital? Temos uma norma de avaliação de ciclo de vida no Brasil, onde podemos utilizar, mas não na licitação, porque o TCU não permite que coloquemos ISO nos nossos editais. Vocês sabem que a jurisprudência do TCU, nesse sentido de sustentabilidade, está em construção. Mas, acho legal dar uma olhada na ISO 14040, por exemplo, que é de avaliação de ciclo de vida.

Então, o que posso extrair dali, se eu for fazer alguma compra em grande quantidade, para eu ir lá na indústria, no processo produtivo e fazer uma diligência? É importante a gente conhecer. E, depois da avaliação do ciclo de vida, surge um novo paradigma que eles chamam de “berço ao berço”. Olha que legal! Gente, não vou mais olhar agora do berço ao túmulo, não, porque não morreu o resíduo. O que vou fazer com esse resíduo? Ele não vai para o aterro; no lixão, não gosto nem de falar essa palavra lixão. Vou ter que tentar fazer alguma coisa, mapear as indústrias de reciclagem no país, o que posso fazer para ir para o berço de novo? Aquilo pode virar uma nova matéria-prima, isso tem acontecido hoje no mercado brasileiro.

E aí, gente, uma série de iniciativas interessantes do mundo, ao redor do mundo, que acho que é válido vocês conhecerem.

Trouxe aqui uma pastinha, para quem quiser ver. Por conta do prêmio Inovação, tive a oportunidade de fazer algumas visitas técnicas na Alemanha, em alguns órgãos, e lá pude observar iniciativas que a gente não tem no Brasil, mas que podemos avançar. Então, por exemplo, a Alemanha tem o selo ambiental mais antigo do mundo, que é o Blue Angel, que trabalha sobre vários produtos e serviços. Fui fazer, também, uma visita à Excel - Springer, que é a maior gráfica da Alemanha; uma discussão sobre o papel reciclado, FSC. Eu perguntei:

— Poxa, mas o seu papel, você não usa papel reciclado, FSC, com alguma certificação?

Ele falou:

— Não, não preciso de certificação; tenho check list, vou no fornecedor, naqueles grandes fornecedores, que comprovo, da minha forma, se é de origem sustentável.

Está bem, gente, isso é na Alemanha, não é no Brasil. Mas, o que quero dizer é o seguinte: nem todo produto certificado, que não necessariamente o produto tem que ser certificado para ele ter uma origem sustentável. É isso que quero dizer. Temos que ter esse cuidado na hora de elaborar um edital.

E se vocês quiserem ver, tem coisas interessantes também. Há a política de compras públicas da China, tem uma série de coisinhas aqui bacanas. Mas, pode passar.

O Processo de Marrakesh, com certeza a Luciana já deve ter falado. Então, o Brasil aderiu, em 2007, a este Processo, que tem como uma das vertentes compras públicas sustentáveis. Então, assim:

— Ah, o Movimento Internacional, já havia há muito tempo, no sentido dos países, os estados nacionais se reunirem para fazer compras públicas sustentáveis. O Brasil aderiu a isso em 2007, mas se vocês pararem para pensar, a Alemanha, por exemplo, tem política de compras sustentáveis, sabem desde quando, gente? Desde 1986. Quando ouvimos isso, meu Deus do céu!

Aí, o Brasil publica a AN1, de 2010, do Ministério do Planejamento, em 2010, a qual considero uma política de compras sustentáveis do Brasil, nacional, em conjunto com os normativos existentes no país, que é uma série de leis, que a Teresa já deve ter falado, também. Tem a Resolução do Judiciário, que foi assim um grande avanço de vocês, só parabeneizei, na época, pois em 2015 estava em Brasília, ainda, quando saiu. Foi um esforço da Ketlin, Ganem e de todos vocês.

Enfim, e aí vamos avançando nessa questão das compras sustentáveis. Pode passar também.

Rio mais 20, também, a coisa aconteceu. O tema foi tratado, mas, às vezes, o tema é tratado nesses fóruns internacionais, principalmente nas copas, nas conferências, muito no nível de protocolo de intenções. O pessoal vai lá, tira foto, assina, tudo lindo, mas, às vezes, chega na hora de fazer acontecer, não acontece. A coisa não é internalizada, mas tem uma importância esses protocolos.

Contexto Nacional: são dados que trouxe, também, do percentual do PIB. Com certeza a Luciana deve ter falado, a Teresa, não vou repetir.

A questão do avanço no arcabouço jurídico nos últimos anos. Para quem está há algum tempo tratando desse tema, se sente hoje muito mais confortável em dizer que a jurisprudência é pacífica, que o problema não é mais jurídico, porque quando começava a fazer compra para o sustentável tinha que ficar ouvindo de procuradoria de órgão jurídico de que:

— Olha isso aí não vai dar certo não, porque isso aí não tem como, é irregular, ilegal.

Então, houve muito argumento de ordem jurídica que hoje já não cabe. Para mim hoje o desafio é no tabuleiro da gestão. Às vezes, temos uma farta legislação, nível legal, nível infralegal, que podemos fundamentar nossos estudos técnicos e dizer que é possível fazer compra sustentável de a a z, sim, pelo menos no edital é possível. Agora se a gente vai consumir aqueles produtos de a a z, e vai conseguir adquiri-los, essa é uma outra página. Mas, vamos lá.

A atuação do MPOG também melhorou, num determinado momento, que vai e vem, mas vamos vendo os avanços. Pode passar.

A 3P, vocês conhecem também, teve aquele Plano de Produção e Consumo Sustentável - trouxe alguns exemplos.

O movimento pela elaboração do PLS, não preciso falar sobre isso, porque a Ketlin está aqui e já deve ter falado,. O movimento do Judiciário me chamou muito a atenção, porque o Executivo veio com a N10/2012, que achei lindo. Quando olhei aquilo, gente, N10, PLS, e até participei de uma reunião lá do SISAP que a secretária, na época, me convidou. E pensei:

— Nossa agora a gente vai decolar.

E aí vem aquela tristeza do administrador de que as coisas ficam nos planos, e estes ficam na vitrine, porque não são implementados. Há aquele abismo entre o planejamento e a implementação. Não sei quanto está o percentual de PLSs dos órgãos no Executivo, e também não quero ficar falando mal aqui, mas é muito fácil a gente fazer uma norma, mas o grande desafio é implementá-la.

Quero dizer que o maior desafio é fazer acontecer. E o PLS, posso fazer um elogio aqui exclusivo para nossa querida Ketlin, que está fazendo acontecer. Isso é um fato. Vim do Executivo, passei por outro poder, pelo Ministério Público, e já consigo ver que chama a atenção, chama bastante a atenção, e merecedora de flores, gente. Vamos lá, pode passar.

Ah, havia ali os dois grandes guias, que acho interessante. Você que é gestor, está trabalhando na área de compras, como é que vou aplicar isso no meu edital? A administração pública brasileira tem alguns guias, tem mais do que esses, mas gostaria de chamar a atenção para dois, que é o guia do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que é bastante denso, bem fundamentado; e o guia da AGU, depois da atualização, também, que foi um

trabalho até que a Teresa teve uma importância muito grande. Então, usar os guias é importante, mas também não convém, aqui na minha palestra, ficar falando de cada critério de sustentabilidade, de cada guia. Qual é o desafio? É pegar aquilo que está no guia e fazer acontecer, fazer a compra. Aí é outra página. Podemos ir?

Resolução CNJ: gente, sem comentários, maravilhoso! Achei legal, porque no artigo 20 da Resolução, quis trazer, o parágrafo segundo:

“Os guias de contratações sustentáveis poderão ser utilizados com o objetivo de orientar a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados na aquisição de bens e contratações de obras e serviços.”

Então, gente, está na Resolução de vocês. Não é mais uma coisa voluntária, sou legal, sou verde e sou alternativo. Eu tenho que fazer. A Resolução do CNJ é uma Resolução e tem que ser respeitada, pelo menos por nós que somos especialistas da área, a vemos como uma grande importância. E aí vem,

Estou falando de Contexto Nacional. Quanto tempo tem, por favor? Está na metade? Deixe-me ver em que *slide* estou. Desculpe-me, gente, vou ter que ir mais rápido, porque o mais legal está para lá. Vamos lá.

E aí vem aqueles argumentos: o medo de fracasso das licitações porque, quem é da área de sustentabilidade, ou seja, do comitê ou trabalhe realmente numa área já estruturada de sustentabilidade, o que ele vai ouvir da pessoa que está comprando lá:

— Meu filho, não vem com essa viagem para cá não, porque isso vai dar deserto e não quero perder tempo. Não pode faltar o produto na prateleira, pois depois quem vai ter que responder lá para o juízo sou eu.

Então, esse é um argumento já, e ele tem que ser ponderado, porque depende do produto, depende do serviço. Vou falar depois o que fizemos no MPF, por exemplo.

Trouxe algumas reflexões. Gostaria de passar essa parte do Contexto Nacional, porque acredito que Frederico, junto com Teresa e com Luciana já deu uma mapeada boa, podendo ficar um pouco redundante. Acho legal passar, porque foco nos cases e depois nos desafios, acho mais bacana e vamos utilizar ainda mais. Isso, com certeza, pode passar porque eles já falaram.

Acórdãos de TCU, que pode ser interessante, gente, deem uma olhada que, na minha palestra, pode ter algum acórdão que não foi falado. Teve um agora, recente, muito interessante, acho que da Segunda Câmara, eu o trouxe, também, e quem quiser anota, vai buscá-lo. Ele traz o tema de gestão de resíduos, junto com compras sustentáveis, bem bacanas. Então, está sempre saindo algum acórdão novo.

Essa questão dos critérios de sustentabilidade. Vocês vão falar:

— Não os guias são muitos teóricos.

Isso não vai acontecer, porque não conheço o mercado, o mercado de licitação vai dar deserto. Não, esses critérios que eu trouxe de sustentabilidade ambiental, econômica e social são critérios que já vivenciei, e bem sucedidos nos editais. Então, não venha me dizer que esse critério não cabe não, porque já aconteceu e eu já consumi alguma coisa nessas experiências com esses critérios. Isso aqui já não é mais teórico, o coloquei nos nossos editais. Vou passar, e se vocês quiserem depois pincelar e colocar nos editais de vocês? Também se quiserem ter acesso aos editais, meu e-mail está no final, posso passar aqueles editais que considero como licitações bem sucedidas, compartilhadas para vocês também. Mas, podemos dar uma passada.

Questões relacionadas à origem de madeira, papel com FSC, Cerflor, enfim, são diversas questões que vocês têm que colocar no edital, que é aplicável e já está acontecendo. Por exemplo, vou chamar a atenção para a questão da logística reversa. Vocês já colocam cláusula de logística reversa nos contratos de vocês, hoje? Se pegarmos a Política Nacional de Resíduos Sólidos, tem alguma coisa ali dizendo:

— Olha, coloca?

Não tem?

Se pegarmos o Decreto que regulamenta a Política Nacional, está lá: coloca, e a gente não coloca.

E, gentes, para alguns bens e serviços, alguns bens, já têm acordos setoriais; já saíram alguns, tem sido um sacrifício. Então, ainda faltam alguns acordos setoriais. Em alguns casos, já temos uma infraestrutura para coleta, com pontos de coleta, de a empresa ir pegar. Essa coisa da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a responsabilidade compartilhada, tem que ser absorvida pelos editais de licitação. Então, nas licitações do MPF, já colocamos termo de

referência padrão com critério de sustentabilidade já incluído cláusula padrão de logística reversa.

Então, vamos falar assim:

— Ah, e aquilo que não tem acordo setorial, que não tem nada, não tem nenhum acordo, que não tem uma infraestrutura? Poxa, vou comprar lata de tinta e como é que vou descartá-la? Coloco no edital?

Coloque no edital, sim, vai aumentar um pouco o custo? Sim, aumenta um pouco o custo, porque o fornecedor vai ter que ir lá pegar. Mas, dependendo da quantidade, acho que você está tendo um ganho ambiental muito grande, e lata de tinta é outra palestra, porque tinta é uma complicação, pois há todo um procedimento para descarte; temos que secá-la, etc. Se for para catador, tem que estar muito capacitado para lidar com aquilo, tem produto tóxico. É que nem lâmpada, também, enfim.

Mas, o que quero dizer para vocês é que não podemos pensar em fazer compra sustentável sem pensar na destinação do resíduo; isso é fundamental. Não adianta a sua área, a sua organização estar com indicador altíssimo de compra sustentável, se você está falhando na destinação ou na doação daquilo que você compra. Eles têm que encaminhar em conjunto, assim como o consumo consciente. Não adianta comprar papel reciclado, se estou usando papel reciclado para caramba. Tenho que fazer alguma estratégia de conscientização, de capacitação, de sensibilização para reduzirmos o consumo de papel. Vocês conhecem muito bem isso, porque vocês já estão transformando indicadores, com maturidade, nesse sentido. E vamos lá.

Aqui estão vários exemplos: trouxe o exemplo de dimensão social, também, porque não adianta. Outra coisa que tenho observado: falar em compra sustentável tenho visto muitas pessoas evidenciarem muito a dimensão ambiental e renegarem a segundo plano a dimensão social. Cadê a dimensão social? Vocês já olharam os contratos continuados da organização de vocês? Custa alguma coisa colocar umas cláusulas como essas, por exemplo? Custa alguma coisa você ponderar a questão do trabalho infantil? O Comprasnet já tem isso, inclusive, declaração. Você deve fortalecer a questão da proibição à condição análoga de escravo; destinação de vaga para reabilitado e portador de deficiência. Isso tudo, gente, são cláusulas que vocês podem colocar nos

editais, que são da dimensão social da sustentabilidade. Então, não deixem isso de lado.

Querem ver uma coisa bacana que fizemos no MPF? Colocamos, além dessas cláusulas, as de gênero e raça. Ousado, colocar gênero e raça.

Lá tem o Comitê de pró-equidade, gênero e raça. E eu disse:

— Gente, vamos bancar esse negócio?

Peguei o contrato de limpeza sustentável. E disse:

— Gente, tem que ser de ponta a ponta sustentável.

Então, vamos lá:

Produtos de limpeza: peguei a terceira compra compartilhada, gerenciada pela Maria, que é uma engenheira química que fez as especificações dos produtos. Então, o produto está bem resolvido; quero este daqui.

Parte de pessoal: exige a capacitação com uma periodicidade de sustentabilidade para aqueles terceirizados. Vamos lá, vamos colocar de ponta a ponta e vamos colocar cláusulas sociais. Coloquei todas elas, e aí?

Vamos colocar gênero e raça? Vamos, mas se eu coloco tantos por cento de mulher, obrigar a colocar tantos por cento de mulher, quando chegar a nova empresa, vou ter que mandar dezessete homens embora, e aí? Olha a exclusão social. Como é que vamos fazer isso? Fizemos uma cláusula de transição para que, por exemplo, entre mulheres e homens, se você tem um quantitativo, no caso de limpeza a maioria é mulher já, mas, quando você tem um quantitativo maior de um, e menor de outro, podemos fazer o seguinte: durante a execução contratual, a empresa se comprometer à saída de cada terceirizado homem entrar uma mulher, até chegar aos níveis de equilíbrio de gênero. Fiz isso no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, também, enquanto era diretor de gestão lá, e deu certo. Isso dá certo.

Então, não se esqueçam dessas cláusulas sociais, porque compras públicas sustentáveis, não podem esquecer, acho que a grande carência hoje é de ter uma maior atenção à questão da dimensão social. Acabamos com o vício da sustentabilidade ambiental, esquecendo-se do restante. Inclusive, a In1 fala em sustentabilidade ambiental, nem gosto. Já perceberam a terminologia sustentabilidade ambiental. Puxa só ficar na ambiental, não,



gente, a sustentabilidade é uma incoerência conceitual, não é ambiental só. Vamos lá.

E aí vai tudo, gente: questão de acessibilidade, questão de aspectos ergonômicos mobiliários. Fizemos uma bela compra compartilhada de imobiliária, agora no MPF, com aspectos ergonômicos, ABNT; isso é social para mim, e com madeira certificada, etc. É possível? É possível, sim, e depois mando os editais para vocês, se tiverem a curiosidade é só mandar para o e-mail para mim.

Econômico: o econômico é sempre aquela coisa, não é? Aquele mito de que produtos sustentáveis são produtos mais caros. A OCDE fala isso, todo mundo fala isso. Gente é óbvio, a tendência é que num primeiro momento, o produto sustentável seja mais caro, porque se você tem um mercado com uma matriz produtiva insustentável, fazendo produtos que vou chamar de insustentáveis, sim, a tendência é que eles sejam mais baratos. E quando você começa um novo mercado, os primeiros - é questão de oferta e demanda, estudamos isso em microeconomia, também - vão sair mais caro, pois você não tem a capacidade de oferta muito grande, e os produtos acabam sendo mais caros. Mas, se você começa a comprar mais, e aí está à vantagem da compra compartilhada, eles vão ficar mais baratos. E, gente, posso comprar um produto mais caro do que eu comprava antes? Posso comprar uma caneta com o corpo de 74% de plástico reciclado, que é a Bic, que adoro, que a Ketlin estava toda feliz com a caneta dela, e eu gosto muito, enfim. Posso comprar uma caneta mais cara do que a Bic que eu comprava antes? Já ouvi muito isso. Não, gente, vou pagar mais caro na caneta. Na segunda compra compartilhada do Rio, gerenciada pela Fiocruz, aconteceu isso. Veio, compramos a caneta, um conjunto, acho que foram 19 órgãos, compramos a caneta. Aí o pessoal:

— Gente, mesmo compartilhada a caneta ainda deu mais caro do que aquela Bic lá que a gente compra.

E eu disse:

— Está bom, vamos fazer o seguinte? Vamos comprar, fazemos a justificativa técnica no processo, porque, na verdade, você já tinha que ter colocado no seu estudo técnico preliminar que, no MPF, chamamos de documento de referência. Você já tinha que ter justificado.

— E como é que vou justificar o mais caro?

Não, vou não está comprando o menor preço, está comprando pelo melhor preço. Você justifica você está internalizando os custos ambientais e sociais que aquele processo produtivo está absorvendo. Então, isso é sustentável? Isso é interesse público? É. Então, temos que perseguir, e tem como justificar.

E aí tem várias vantagens, várias questões econômicas que trouxe para vocês, também. Como está o tempo? Ah, muito triste, gente, pode passar, por favor. Queria mais tempo. Então, vou passar gente.

Essa experiência de órgãos federais do Rio de Janeiro, vou contar rapidamente para vocês, foi no ano de 2010 que começou, na época em que eu estava lá, no Jardim Botânico, criei um Fórum de gestores públicos, só com diretores e gerentes de administração, para discutir temas associados à Gestão Pública. Num dos temas, chamei TCU, CGU e vários órgãos públicos, discutindo controle e gestão de pessoas. Um deles foi compras, e eu trouxe uma proposta de compra compartilhada. Vários falaram que iam fazer, muitos sumiram, e conseguimos fazer uma primeira compra compartilhada com alguns órgãos. Desse fórum participavam muitos órgãos: começamos com trinta e poucos e depois fomos para vinte e poucos, ficava oscilando, mas conseguimos fazer três compras compartilhadas. Tive como metodologia, na época, o seguinte: o primeiro órgão gerenciador vai ser o Jardim Botânico, e estou capitaneando isso, mas o segundo não vai ser não. Para multiplicar o conhecimento, quero que seja uma outra instituição, que foi a Fiocruz. Mas, desde a primeira compra compartilhada, começamos a desmistificar esse argumento de que produto sustentável é mais caro sempre do que um produto convencional. Começamos, então, a fazer isso com o papel, com o envelope, etiqueta, e começamos a comprar um monte de coisa mais barata.

Material de expediente: pode passar.

Tivemos ganhos, na primeira conta tivemos economia de 49%, na segunda de 43%. A segunda quem gerenciou foi a Fiocruz, como falei, foram 19 unidades; a terceira foi a Marinha. Pode passar também.

Tenho que falar para vocês que a Marinha - olhem só como chega o valor, se juntamos vários órgãos? Chegou a um montante de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões), só de material de expediente.

Então, vamos pensar que em curva abc, gente, não sei quem fez Administração, conhece, vou falar na curva abc, onde você coloca tudo o que você compra. Vou utilizá-la na gestão de estoques. Você coloca o que compra de mais relevante, numa ordem hierárquica de relevância e de valor de consumo. Gente, quando pensamos em curva abc, vamos olhar assim e dizer:

— Gente, a caneta, compramos muito pouca caneta. Vou fazer compra sustentável no meu órgão e vou utilizar a curva abc.

Vou falar assim para você:

— Concordo, mas cuidado, cuidado com a curva abc, por quê? A curva abc te induz a comportamentos equivocados. Você vai chegar no seu órgão e vai ver o consumo de material escolar, que é material de expediente, é muita coisa parecida. Neste ano, estou consumindo muito carro híbrido, carro elétrico.

Gente, a sua compra de carro elétrico, se formos levar em consideração o valor de consumo, vai lá para cima. Você vai chegar e vai colocar na página da intranet que suas compras sustentáveis subiram em 3.556%, que você é o órgão que mais faz compras sustentáveis do mundo, mas você esqueceu do copo plástico, do papel, da caneta, sim, ecológica, da régua de pet, que compramos lá no MPF.

Então, primeiro: em compra compartilhada a curva abc não funciona tanto, porque no momento em que é compartilhada, o item que você menos compra na sua unidade vai virar uma coisa muito grande. Ela já não é aplicável na compra compartilhada. E na compra sustentável, também, tenho ponderações

Sou formado em Administração, sou um grande defensor da curva abc e acho que temos que utilizá-la. Não estou dizendo para não utilizá-la; utilize-a, mas com prudência, por quê? Quando estudamos isso em Administração, vemos que a curva abc, levamos em consideração o quê? O valor de consumo anual, perecibilidade e várias variáveis, não é isso? Uma variável importante é a importância operacional. Curva abc, gente, quando falamos de sustentabilidade tem que haver certo cuidado, porque, às vezes, o item que você consome pouco, por exemplo, o copo plástico, tem valor baixo na curva abc, mas gera um impacto ambiental muito maior do daquele que você consome mais. Então, cuidado quando for utilizar a curva abc, quando se fala

de sustentabilidade. Isso é uma dica importante, porque tem muita gente que se aproveita da curva abc para melhorar os seus indicadores. Está bom, consumo mais isso, isso e isso, colocam um critério de sustentabilidade aqui, outro aqui e aqui. Pronto, 93% das minhas compras são sustentáveis. Há que se ter certo cuidado. Temos que ter um olhar crítico sobre essas questões. Mas, vamos lá. Passou do Rio.

A Marinha, posso dizer que foi uma grande decepção, também. A primeira compra foi legal, a segunda. Mas, a Marinha foi uma decepção, porque há uma estudante, que está fazendo na FGV uma dissertação de Mestrado sobre o caso da terceira compra compartilhada, que observou - fiquei arrasado esse dia - tenho 10 minutos, finjo que não estou vendo - o baixo percentual de consumo daquilo que você planejou, gente. Esse é um grande problema da compra compartilhada, pois fazemos um planejamento dos produtos que vamos consumir, e quando vamos ver, o que foi empenhado? Foi empenhado muito pouco. Então, a coisa está funcionando até a página 15. O que está acontecendo que não estão empenhando? Então, temos que analisar esses pontos, sim; é um processo de aperfeiçoamento.

Foi bem-sucedida a terceira compra compartilhada? Sinceramente, está virando uma dissertação de Mestrado, mas tenho uma série de críticas a ela. Foi bem-sucedida no sentido da mobilização de diversos órgãos estarem envolvidos, querendo comprar, mas, de resultado, quando vi o percentual de consumo, fiquei um pouco frustrado.

Mas, aí veio o Ministério Público Federal, vim para cá, e posso começar a falar um pouco da minha experiência lá, e vou ficar 3 horas falando a respeito dessa experiência. Estou brincando, pois agora só tenho 10 minutos, mas vamos lá.

Vou falar da metodologia: gente, no Ministério Público Federal, quando cheguei na Secretaria de Administração, pensei assim: gente, tenho que fazer alguma diferença aqui, do ponto de vista da sustentabilidade. Então, numa Secretaria de Administração, todo o mundo já olhou para mim e disse:

— Poxa, esse Secretário de Administração está verde demais. Não vai dar certo.

Eu senti, sabe aquela coisa?

— Esse cara vai vir com aquelas ideias de um ambientalista maluco.

E eu disse:

— Não, gente, não é assim. Vamos organizar um trabalho legal e dá para a gente fazer uma área especialista em contratações nacionais estratégicas. Então, o que fiz? Consegui colocar no Regimento Interno do MPF uma Coordenação de Contratações Nacionais Estratégicas, que é uma área específica para fazer compras compartilhadas para todo o Brasil. Mas, como é que foi essa metodologia para a construção desse modelo de governança? E para realizar as compras? Primeiro, começamos a trabalhar o nosso cadastro. Não sei que sistema vocês usam de cadastro aqui. Os nossos cadastros de produtos e, também, enfim, de serviços. Começamos, então, a fazer um esforço de incluir critérios de sustentabilidade nos cadastros. Pegamos, também, os cadastros do Poder Executivo, do CATMAT, e começamos a fazer as licitações, e a de material de expediente, por exemplo, começamos a dividir em lotes sustentáveis e insustentáveis - é feio eu chamar de itens insustentáveis, vou chamar de convencionais, por quê? Muitas unidades, lá do Ministério Público, falavam assim:

— Gente, se a gente colocar nessa lista de material de expediente todos os itens sustentáveis vai dar um monte de coisa deserto. E, realmente, dá um percentual de itens desertos, porque, nem para todos os itens você tem produtos sustentáveis para aquela quantidade. Então, dividimos, por quê? Quando o sustentável desse deserto, acabávamos ganhando no convencional, e não faltava na prateleira. Foi um argumento que tive para convencê-los. Fizemos isso e deu certo, na verdade. Mas, fizemos com o fracionamento regional a compra de material de expediente. E, na metodologia da área, além de criar a área, criei um grupo técnico de compra compartilhada. E como funcionava esse grupo técnico? Quem participava dele? Eram os secretários estaduais de cada unidade, de cada PR. Quem é o secretário estadual de uma PR, de uma Procuradoria no Estado? É o cara responsável pela gestão. Quero trazê-los para esse grupo técnico, porque eles vão fazer acontecer com a gente a compra compartilhada. Eu falava que tinha que vir o secretário estadual e tinha que vir o coordenador de administração dele, também. Fizemos a primeira reunião, que considero um sucesso, porque todo mundo resolveu dar um voto de confiança, criamos a área, colocamos no Regimento Interno e começamos a fazer as primeiras compras compartilhadas. E aí, gente, criamos

um cardápio de compra compartilhada, dividido em Nacional, Regional, Estadual, oficina com a participação das Secretarias Nacional, Regional e Estadual. Começamos a definir objetos padronizados - quantos minutos? Estou arrasado com isso. Vou passar.

Começamos a observar e fizemos as primeiras cinco compras compartilhadas. Teve material de expediente, fiquei super feliz, teve a sexta, agora, que já trouxe resultado, também, está a de mobiliário. Trouxe alguns números das primeiras compras compartilhadas, e o que tivemos de economia processual: olhem ali, isolados, teríamos o custo de R\$ 2.000.723,00 (dois milhões, setecentos e vinte e três), só de economia processual que estou falando; não estou falando de escala, não. Da forma compartilhada, passou a ser R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil). E qual foi a economia que tivemos com as seis primeiras licitações? Uma economia só de economia processual, R\$ 2.000.634,00 (dois milhões seiscentos e trinta e quatro). Se eu fizer 12, quatro milhões, cinco milhões; se eu fizer 30, e aí vai a milhões; estou falando só de economia processual, não estou falando de ganho de escala, não.

E aí, ganho de escala, gente. Aqui tinha uma tabela de ganho de escala, que eu provava o percentual de economia nessas compras compartilhadas, uma das coisas mais importantes da palestra está aqui. Mas, aí teve a licitação de mobiliário, que fiquei super feliz, foi bem sucedida, a madeira certificada, aspectos ergonômicos, e ficava todo feliz ver aquele edital com todos aqueles atributos de sustentabilidade, num olhar sistêmico, social, ambiental, poucos itens fracassados, uma economia de 24,77%, 24 órgãos participantes. Esse aí pode passar.

Esse slide já é de material de expediente, também.

Gente sumiu, também, o outro slide? Não, não é?

Esta estatística legal de material de expediente, de itens sustentáveis e não sustentáveis. Vou mostrar para vocês. Gente, a licitação de material de expediente é chata para caramba; é umas das unidades mais difíceis de fazer, por quê? É uma formiguinha, são muitos itens, e você ficar tentando colocar critérios de sustentabilidade em cada item daquele. Aí, quando vamos ver assim 793 itens, não, não chega a isso; foram 160, porque foram para cinco regiões do país, e tivemos que fazer regionalizado, e colocamos como 793, porque para cada região dá um resultado. No resultado geral, deu um

percentual de 23% de itens da ... fracassados; 38% dos sustentáveis foram fracassados, e 12% dos não sustentáveis. Qual é a observação que tiro daí? Que itens que não são sustentáveis, o mercado está lá, está respondendo, e ainda há um distanciamento entre não sustentáveis e sustentáveis. Mas, falta na prateleira, não faltou no Ministério Público, porque coloquei os dois, porque se um deu deserto, o outro tem, não faltou. Fiz um esforço de colocar em todos, fiz, gente, mas tem muito item exótico que não tem no mercado mesmo, pequenos itens. Então, por exemplo, conseguimos comprar pasta de couro ecológico, não podemos usar a terminologia couro, porque a lei não permite, a lei do couro. E, similar a couro, o látex vegetal, etc., e na hora de atestar aqueles bens, era aquela dificuldade.

— Gente, mas como é que vou saber se aquilo é sustentável ou não, quando a empresa vem e fornece as amostras?

Aí, fomos lá na UnB, nos laboratórios, fizemos testes e conseguimos ver que, realmente, aquilo é um produto sustentável, pasta de couro. Conseguimos comprar régua de plástico pet. Por isso que acho legal, também, essa coisa do material de expediente, sou um defensor, porque o material de expediente está no dia a dia com a gente; é psicologia do consumidor isso. Você se sensibiliza mais. Então esse papo de: ah, não, não compra caneta ecológica, não, foca nos produtos maiores, mas, não, continua comprando só caneta ecológica, sim, continua comprando sua reguinha pet, o seu copo de amido de milho, que isso aí, no final, ainda mais quando a compra é compartilhada, faz a diferença.

Trouxe esses dados estatísticos da terceira compra. E aí, gente, uma coisa interessante é que fizemos um estudo por regiões do Brasil: Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, e observamos que na região, primeiro, é a presença de indústrias, de fornecedores da região Centro-Oeste, em todas as regiões, o azul é Centro-Oeste. Isso chamou a atenção. O que pensamos em primeiro lugar? O Sudeste vai bombar, Rio, São Paulo, o polo industrial está quase todo lá, mas uma presença significativa da região Centro-Oeste em todas as regiões. Alguma dificuldade na região Norte teve. E aí tem uma coisa interessante, também, quando fazemos essas compras, porque na região Norte, esta carece um pouco de empresas, também, para fornecer. E, por isso é que é ainda mais interessante você ter um órgão de abrangência nacional, como o Judiciário, o Ministério Público fazia compra compartilhada e

conseguimos cuidar de todas as pontas. Você consegue regravar, mas como é que vou fazer isso? Como é que a empresa vai entregar algo a 800 km da capital do Pará, isso surgia nos fóruns, nas reuniões com o grupo de trabalho, como é que vai entregar? Tínhamos contrato, também, de logística de entrega, fazíamos de tudo para acontecer, chegar e não faltar. Mas, a compra compartilhada tem uma complexidade, mas é viável e dá para fazer. Nós fizemos, e a vejo como um caso bem-sucedido.

Essa experiência foi premiada, também, não a de almoçar, porque lá no Ministério Público já fizemos compras compartilhadas de mobiliário, são vários itens, várias categorias de bens de serviço, de limpeza sustentável. O que foi premiado no prêmio do Ministério Público foi a implantação do sistema de compras compartilhadas do MPF, que conseguimos fazer: criar uma área de compra compartilhada, colocar no Regimento Interno da Instituição, fazer compra compartilhada e mostrar que aquilo é viável, que aquilo gera resultados concretos do ponto de vista econômico, ambiental e social.

Vejo como um projeto bem-sucedido, que foi premiado no Conselho Nacional do Ministério Público. E alguns resultados da análise, quantos minutos? Ele é bonzinho e disse que tenho mais cinco minutos.

Já falei um pouco dessa parte. Isso são os pronunciamentos técnicos, pois sempre procuro trabalhar com essa questão da equipe. Eu era secretário lá, ia ficar muito *blasé* chegar e dizer: gente, fui eu que fiz. Essa coisa do “eu”, pronome pessoal do caso reto, a primeira pessoa, não existe hoje em dia, é super *demodé*. Temos que trabalhar em equipe. Sempre trago algum pronunciamento técnico da minha equipe, de alguém, do pregoeiro que está lá botando a mão na massa. Não adianta dividir, inclusive, quando fomos lá ganhar o prêmio, no Conselho Nacional, fiz um barulho lá, porque eu queria subir com a equipe e não conseguimos. Consegui depois subir com o pessoal para tirar foto, porque, pelo amor de Deus, sabe aquela coisa? Tem que estar a equipe junto, porque é a hora de celebrar o resultado daquilo que conquistamos; é a motivação. Trata-se de uma coisa que sempre procurei ter essa sensibilidade. Pode passar.

Pessoal, os desafios são diversos. Como tenho pouco tempo, já não vou mais ler os slides, porque eles só foram um parâmetro, pois, na verdade, essa palestra poderia demorar uma hora e meia. Posso dizer para vocês que um dos



maiores desafios, e de todo esse tempo que estou me esforçando nessa área de sustentabilidade na Gestão Pública, é fazer acontecer mesmo. É fazermos com que tudo aquilo que é falado nos fóruns, que está nos guias, que está na política, que está na instrução normativa, na resolução, que aquilo seja feito. Mas, como é que vou fazer isso? Gente é sensibilizar aqueles que não estão com acessibilidade para a área ambiental. Se todos aqui trabalham na área de sustentabilidade, acho ok, mas gostaria de conversar mais com aqueles que trabalham na área de compras, na área de almoxarifado. E essa sinergia entre sustentabilidade, áreas de sustentabilidade, área de compras, área de almoxarifado, tem que existir no dia a dia, seja por grupo de trabalho, seja o que quiser, esquece-se da forma, o povo é muito ligado em forma. Vou criar uma portaria. Não, chama para conversar, chama para a reunião e vamos fazer; é botar a mão na massa.

Sinto que uma das grandes dificuldades de fazer a coisa acontecer é que, às vezes, surgem lideranças nos cargos muito políticas e poucas executivas. Elas adoram chegar lá e fazer um grande discurso de sustentabilidade, citar filósofos, não é assim? Todo mundo acha lindo, fica emocionado, mas depois voltamos para o dia a dia de trabalho, e aí vamos fazer? O fulaninho está de férias, fulaninho no táxi e chegou atrasado, etc. Aí começam as dificuldades. É por isso que acho que esse valor da capacidade de mobilização, de articulação que a Ketlin tem, que vocês têm, é um valor intangível que não vejo porque não dar certo compras compartilhadas no Judiciário. Acho tem tudo para dar certo, assim como começou a dar certo. Estamos lá no Ministério Público ainda engatinhando; é um processo novo, é um processo novo no Brasil, compras compartilhadas é um tema novo no Brasil. O MPOG criou a central de compras, um processo muito vagaroso. Então, estamos aprendendo em conjunto, mas, quero dizer para vocês, que é possível acontecer.

Trouxe alguns resultados concretos e uma frase do Gandhi, que também gosto muito.

“Você nunca sabe que resultados virão de sua ação. Mas, se você não fizer nada, não existirão resultados.”

Podemos fazer acontecer, e vocês são parte dessa história. Nesses últimos anos, tenho visto muita coisa, e estou vendo vocês com um olhar muito

otimista para o futuro. Vejo que vocês estão decolando e, com certeza, tem tudo para decolar o Judiciário nesse tema de sustentabilidade. Já está decolando, não tenho dúvidas, com a Ketlin e com esse grupo que está aí, não tenho dúvidas. E o de compras compartilhadas, acredito que também.

É isso, pessoal, obrigado.

(Palmas)